

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 02/2025



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O **2º Boletim Informativo** do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social de 2025 apresenta as principais notícias sobre a política pública de assistência social e a atuação ministerial na área.

Nesta edição, destacamos a **vulnerabilidade social e o papel essencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na proteção de indivíduos e famílias em situação de risco**. A vulnerabilidade social transcende a insuficiência de renda, abrangendo múltiplos fatores que acentuam a exclusão e a desigualdade, como a discriminação, a fragilidade dos vínculos familiares, as barreiras institucionais e as dificuldades de acesso a direitos fundamentais.

Diante desse contexto, o **SUAS se consolida como um mecanismo estruturado para prevenir riscos e garantir a inclusão social**, exigindo constante aprimoramento, ampliação da rede de proteção e fiscalização contínua. O Ministério Público tem desempenhado um papel fundamental na garantia da efetividade dessa política pública, promovendo a intersetorialidade das ações e fortalecendo a articulação entre os diversos entes envolvidos na execução dos serviços socioassistenciais.

Além de aprofundar a análise sobre os desafios e avanços da assistência social, esta edição também apresenta boas práticas que têm gerado repercussão positiva na vida da população, reforçando o compromisso com a proteção social e a promoção da dignidade humana.

Boa leitura!

SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS 

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. INFORMES

06. “OUSE SABER”

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Gomes Vieira de Sousa

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva

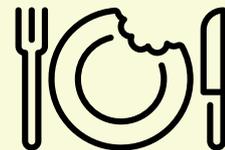
Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS

[MDS promove oficina sobre Indicadores Brasil Sem Fome](#)



O Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado entre 11 e 13 de fevereiro em Brasília, ofereceu aos gestores municipais a oportunidade de conhecer ferramentas inovadoras para monitorar e combater a insegurança alimentar no Brasil. A Oficina Indicadores Brasil Sem Fome foi ministrada pelo diretor da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Alexandre Arbex Valadares, e pelo coordenador da mesma secretaria, José Alexandre da Silva Junior.

A apresentação abordou os painéis Brasil Sem Fome e EBIA, criados pela SECF, que reúnem um amplo conjunto de informações sobre segurança alimentar e nutricional, além de dados detalhados sobre os programas que compõem o Plano Brasil Sem Fome. Com essas ferramentas, é possível monitorar os índices de insegurança alimentar e avaliar a eficiência das políticas públicas nos municípios.

Fonte: Governo Federal.

[Gestores municipais receberam orientações sobre o Sistema Único de Assistência Social](#)

Gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) participaram da mesa “Financiamento do Governo Federal para a rede de serviços do SUAS”, uma das oficinas oferecidas no dia 11 de fevereiro, durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília.

A programação do Encontro contou com oficinas, painéis de esclarecimento de dúvidas e debates sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O objetivo dos três dias de evento foi incentivar o trabalho integrado entre o Governo Federal e os municípios.

Para o representante do MDS, a oficina foi uma oportunidade de valorizar nos municípios os principais instrumentos de planejamento, acompanhamento financeiro e de prestação de contas. Ele também afirmou que este é o momento ideal para garantir condições adequadas de planejamento das políticas públicas de assistência social.

Fonte: Governo Federal.



[MDS e Banco Mundial avançam em parceria voltada para programas sociais](#)

No dia 10 de fevereiro, O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) recebeu representantes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para dar início à Missão de Implementação do Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

Participaram da reunião o gestor de prática do BIRD, William Wiseman, e o representante do Banco Mundial no Brasil, Facundo Cueva, além do secretário-executivo adjunto do MDS, Ranniêr Ciríaco, e da secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Eliane Aquino.

O objetivo do encontro foi apresentar os primeiros produtos da parceria e discutir os próximos passos para a implementação das ações em conjunto. A cooperação entre o MDS e o Banco Mundial prevê assistência técnica não reembolsável, garantindo suporte especializado para aprimorar programas como o Bolsa Família, além do Cadastro Único e outras iniciativas de assistência social.

Fonte: Governo Federal.

[CNAS aprova a criação da Escola do SUAS – Simone Albuquerque](#)

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução CNAS/MDS nº 184, de 17 de fevereiro de 2025, que institui a Escola do SUAS – Simone Albuquerque, um marco para a capacitação e educação permanente dos profissionais, gestores, conselheiros e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A escola, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), tem como objetivo fortalecer a formação continuada no SUAS, promovendo cursos, capacitações e ações que qualifiquem a atuação dos diversos atores da assistência social. Além disso, a iniciativa busca reduzir desigualdades regionais na oferta de capacitação e potencializar o uso de tecnologias na educação permanente.

A denominação da escola homenageia Simone Albuquerque, assistente social que dedicou sua trajetória ao fortalecimento da política de assistência social no Brasil, deixando um legado de compromisso e defesa dos direitos socioassistenciais.

Fonte: CNAS.

UNICEF lança plataforma para apoiar as gestões municipais no fortalecimento da assistência social em situações de emergência



Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de assistência social em todo o país, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a B3 Social, lançou, no dia 03 de fevereiro, a plataforma Adapta SUAS, para avaliação, preparação e ampliação da capacidade de resposta de municípios brasileiros frente a situações de emergência, com atenção especial às necessidades de crianças e adolescentes.

A iniciativa envolve o preenchimento de um formulário que busca identificar o nível de preparação da Assistência Social municipal para responder a emergências. Após o preenchimento, que deve ser realizado preferencialmente pelos gestores municipais da assistência social, é gerado instantaneamente um relatório personalizado para o município, contendo recomendações específicas e links para materiais de apoio como orientações técnicas desenvolvidas em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Isso permite que os municípios avancem no planejamento e na execução de ações voltadas à proteção social dos grupos mais vulneráveis frente a um cenário de eventos extremos e emergências cada vez mais frequente.

A criação da ferramenta foi motivada por desafios identificados no apoio técnico que o UNICEF ofereceu em emergências recentes na Bahia, Amazonas e Rio Grande do Sul, além de um diagnóstico realizado pelo UNICEF, que contou com a participação de gestores e trabalhadores da Assistência Social mais de mil municípios brasileiros. A iniciativa visa enfrentar esses desafios, promovendo a preparação da Assistência Social para que responda a emergência de forma eficiente.

A iniciativa conta com o apoio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas).

Fonte: UNICEF Brasil.

2º Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social promove avanços na gestão do SUAS

Gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de todo o Brasil estiveram reunidos em Brasília, de 12 a 14 de fevereiro, para o 2º Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social. O evento marcou um passo importante na modernização da gestão financeira e orçamentária da Assistência Social.

Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e Secretaria Nacional de Assistência Social, o encontro é um espaço para capacitação, troca de experiências e apresentação de novas ferramentas voltadas à modernização da gestão financeira e orçamentária da assistência social.

Durante os três dias de programação, participantes presenciais e virtuais tiveram acesso a debates, painéis técnicos e lançamentos de iniciativas que visam aprimorar a execução dos recursos públicos transferidos fundo a fundo. O encontro reforçou a importância da transparência e da eficiência na gestão do SUAS, com destaque para atualizações normativas, processos inovadores e ferramentas que impactam diretamente estados e municípios.

O encontro também foi marcado pelo lançamento do Manual AgilizaSUAS, que marca a transição para um novo modelo de prestação de contas, substituindo o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira. A mudança promete agilizar processos, simplificar a prestação de contas e garantir maior segurança na execução financeira. O manual está integrado à plataforma BB Gestão Ágil, do Banco do Brasil, que otimiza a movimentação e o controle dos recursos do SUAS.

Outra novidade apresentada foi o Calendário FNAS pelo Brasil 2025, que prevê uma série de encontros presenciais e ações de monitoramento para apoiar gestores estaduais e municipais na qualificação da gestão financeira.

Além disso, foi apresentado o Selo FNAS - Compromisso com o SUAS, uma certificação que reconhecerá os entes federados que demonstrarem excelência na execução e transparência dos recursos socioassistenciais. A iniciativa busca incentivar boas práticas de gestão e valorizar o compromisso com a responsabilidade fiscal e social.

Fonte: Governo Federal.

[MDS investe R\\$ 10,76 milhões no PAA, em janeiro, e amplia acesso a alimentos diversificados para populações vulneráveis](#)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) iniciou 2025 com ampla variedade de itens alimentícios adquiridos, reforçando seu papel na promoção da segurança alimentar e nutricional no país. Com um investimento de R\$ 10,76 milhões, o programa beneficiou, em janeiro, 3.065 agricultores familiares.

Eles forneceram 1.639 toneladas de alimentos, garantindo acesso a uma alimentação adequada e saudável para populações em situação de vulnerabilidade. A lista conta com a diversidade de itens de mais de 150 produtos diferentes. A banana, alimento versátil e rico em nutrientes, foi o carro-chefe das compras, representando 227,4 toneladas produzidas por 937 agricultores.

Em seguida, destacaram-se as raízes de mandioca, outro ingrediente fundamental na culinária brasileira, com 194,6 toneladas fornecidas por 771 agricultores, e a melancia, com 183,1 toneladas produzidas por 278 agricultores. Os alimentos são doados a quem precisa, por meio da rede socioassistencial, de saúde, de educação pública, sistema prisional e equipamentos de segurança alimentar e nutricional.

Fonte: Governo Federal.

[Setasc divulga aprovados dos cursos técnicos e de graduação para população em vulnerabilidade social](#)

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc-MT) divulgou, no dia 24 de fevereiro, os editais de divulgação de aprovados e de lista de espera no processo seletivo para cursos superiores e profissionalizantes destinados às pessoas em vulnerabilidade social.

Os candidatos classificados relacionados na lista em anexo realizaram a matrícula nos dias 24 a 28 de fevereiro de 2025, na Central de Atendimento ao Estudante (CAE), no Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), em Várzea Grande.

Assinado por meio da Unidade de Ações Sociais e Atenção à Família (Unaf), a qualificação é resultado de um Termo de Cooperação Nº 27/2024, Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), Poder Judiciário, município de Várzea Grande e o Univag.

Fonte: Governo de Mato Grosso.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Promotor de Justiça participa de vistoria a obras de CAPS em Cuiabá



O **promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto**, titular da 7ª Promotoria de Justiça Cível, participou, no dia 14 de fevereiro, de uma visita de inspeção em duas obras de reforma e construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), na capital. Uma delas na modalidade 3 (CAPS III), no bairro Verdão, e outra na modalidade 2 – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) –, no bairro São Matheus, região da Avenida Beira Rio. A primeira encontra-se no estágio de 50% das obras concluídas, enquanto a segunda está com 42%, respectivamente.

A visita de inspeção foi organizada pela Câmara Setorial Temática (CST) de Políticas Sobre Saúde Mental da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, da qual faz parte o promotor de Justiça que atua na área da Tutela Coletiva de Saúde do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Conforme descrito por membros da CST, o Município de Cuiabá dispõe de recursos na ordem de aproximadamente R\$ 6 milhões, viabilizados por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) realizado em maio de 2024 pela 11ª Promotoria Cível do Patrimônio Público e da Probidade de Cuiabá. As duas unidades fazem parte do Plano de Ação apresentado ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso pelo Gabinete de Intervenção na Saúde da capital em julho de 2023. Além disso, há uma emenda parlamentar do deputado estadual Carlos Avalone, presidente da Câmara Temática, destinando R\$ 2 milhões para investimentos em saúde mental na capital

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MP do Amazonas promove reunião para fortalecer a defesa dos direitos dos povos Yanomami em Barcelos

A proteção dos direitos dos povos Yanomami foi o tema de uma reunião estratégica entre o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) e a Associação Indígena de Barcelos. Realizado no dia 19 de fevereiro, o encontro reuniu representantes das etnias Yanomami, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e de órgãos de proteção aos direitos indígenas para discutir ações que melhorem o atendimento às suas demandas, assegurando o cumprimento da legislação.

O promotor de Justiça de Barcelos, Aramis Pereira Júnior, destacou o papel do Ministério Público na fiscalização das políticas públicas e na garantia dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

“Nossa atuação está à disposição de toda a população, independentemente de ser indígena ou não. Os povos indígenas têm direitos fundamentais assegurados, como acesso à saúde, educação e assistência social e demais garantias previstas no ordenamento jurídico”, declarou.

A reunião reafirmou o compromisso do órgão, que seguirá acompanhando as iniciativas voltadas à proteção dos direitos dos Yanomami em Barcelos e região.

Fonte: MPAM

MP do Ceará participa do “Pop Rua em ação” com atendimento à população em situação de rua na capital

O Ministério Público do Estado do Ceará participou, na manhã desta terça-feira (18), do “Pop Rua em ação”, uma iniciativa da Secretaria da Proteção Social (SPS), em parceria com o Sistema de Justiça, para ampliar o atendimento à população em situação de rua e garantir acesso à cidadania. Equipes do Centro de Apoio Operacional da Cidadania (Caocidadania) e do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência (Nuavv) do MP do Ceará estiveram no bairro da Parangaba, em Fortaleza, levando informações sobre a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos dessa população.

“O Ministério Público tem o papel de garantir a defesa dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua e essa é uma oportunidade impar para escutá-las, atendê-las e dar a orientação e o encaminhamento que elas precisam”, afirma a Coordenadora do Caocidadania Camila Leitão.

Uma dos atendidos foi Francisco Vitor da Silva Gomes, que veio buscar orientação sobre a retirada da 2ª via do RG. “A promotora de Justiça me atendeu muito bem e me disse tudo que eu precisava fazer” comentou. Além das orientações, o Caocidadania também realizou o direcionamento para a inscrição e o cadastramento de casos de desaparecimentos através do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid).

Fonte: MPCE

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Dirigente do CACO representa MPES em criação de comitê de atenção a pessoas em situação de rua

A dirigente do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO), Procuradora de Justiça Karla Sandoval, representou o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) na reunião de criação do Comitê Estadual Pop Rua Jud – Política Estadual Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, realizada no dia 11 de fevereiro, no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17).

Uma nova reunião deve ser realizada no próximo dia 25, para aprovação e instalação da portaria criando o Comitê Estadual Pop Rua Jud.

Além da Dirigente do CACO, estiveram presentes na reunião membros do TRT-17, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES); do Ministério Público do Trabalho (MPT-ES) e do Ministério Público Federal.

Fonte: MPES

Após execução de TAC, MPGO consegue em audiência que Município de Goiânia reestruture serviço de transporte de Centros de Atenção Psicossocial

O Ministério Público de Goiás (MPGO) participou de audiência judicial, na semana passada, em ação de execução de um termo de ajustamento de conduta (TAC), na qual foram definidos compromissos que deverão ser cumpridos pelo Município de Goiânia para a reestruturação do serviço de transporte de todos os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). O TAC foi firmado com o Município em 2013 pelo promotor de Justiça Marcus Antônio Ferreira Alves, titular da 53ª Promotoria de Goiânia. O documento previa, entre outras medidas, que a gestão municipal iria adquirir e destinar a cada Caps do Município um veículo para as atividades essenciais do serviço.

Ocorre que, apesar de inicialmente este compromisso ter sido cumprido, no ano passado a Promotoria passou a receber denúncias de que os veículos, até então destinados às unidades, teriam sido retirados. Os carros, conforme pondera o promotor, são necessários para a busca ativa, especialmente nos casos de maior gravidade, que ocorrem quando o paciente se recusa à vinculação ou ao tratamento de maneira voluntária. Nessas situações, é preciso uma abordagem domiciliar pela equipe multidisciplinar e outras diligências imprescindíveis ao regular exercício das atribuições dos Caps.

Fonte: MPGO

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

1

“Situação de Calamidade Pública e Emergência”

Fonte: Governo Federal.



2

“A vulnerabilidade social no contexto do serviço social”

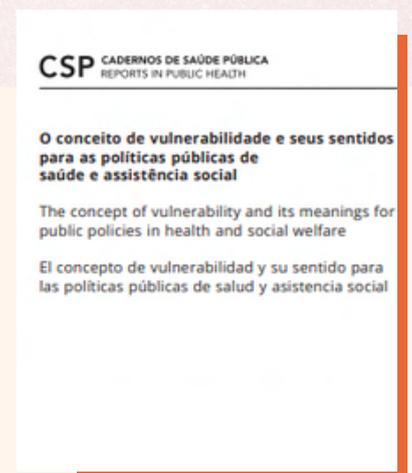
Fonte: Acervo Digital UFPR.



3

“O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social”

Fonte: Cadernos de Saúde Pública.



4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA VER

4



“TRÊS concepções de VULNERABILIDADE SOCIAL”

Fonte: Canal do Youtube - SUAS Conversas.

5



“Cartilhas sobre a atuação do SUAS em emergências”

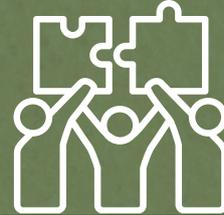
Fonte: Canal do Youtube - MDS.

6



“É de CRAS ou é de CREAS? Ep. 1: RISCO X VULNERABILIDADE SOCIAL”

Fonte: Canal do Youtube - SUAS Conversas.



INFORMES CADÚNICO

INFORME N° 61 • 17.2.2025

Lançamento do Novo Cadastro Único. O evento marca a entrada no ar do Novo Portal de Capacitação, o processo de mudança do antigo para o Novo Sistema de Cadastro Único e terá uma exposição sobre a jornada do Brasil no avanço do acesso aos direitos

INFORMES BOLSA FAMÍLIA

INFORME N° 71 • 3.2.2025

Comissões Municipais Intersetoriais do PBF e o novo incentivo financeiro. As comissões intersetoriais do Programa Bolsa Família fortalecem a gestão de condicionalidades.

INFORME N° 68 • 17.1.2025

O MDS publica instrução normativa sobre a participação de políticos eleitos no Programa Bolsa Família A Senarc divulga a Instrução Normativa Conjunta n° 02 com detalhes sobre os procedimentos referentes a casos de famílias beneficiárias do Bolsa Família que tenham políticos eleitos em 2024 em sua composição.

6. "OUSE SABER"



Vulnerabilidade Social e o Papel da Assistência Social: Construindo Caminhos para a Dignidade

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que reflete as **desigualdades estruturais da sociedade e a dificuldade de acesso a direitos essenciais**, como moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho digno. Embora frequentemente associada à insuficiência de renda, ela vai além do aspecto econômico, manifestando-se de diferentes formas no cotidiano de milhões de pessoas. Sua compreensão exige uma análise ampla, que considere a interação de diversos fatores que se sobrepõem e ampliam as condições de exclusão social.

Essa realidade se expressa de diferentes maneiras. A vulnerabilidade econômica, por exemplo, ocorre quando a falta de renda limita o acesso a condições básicas de vida, submetendo famílias a empregos precários e instáveis. Já a vulnerabilidade familiar e comunitária se revela na fragilidade dos vínculos afetivos e redes de apoio, podendo resultar em abandono, negligência ou violência doméstica.

Muitas vezes, essas desigualdades se aprofundam devido a barreiras institucionais, que dificultam o acesso às políticas públicas por conta da burocracia, da falta de informação ou da insuficiência de serviços. Além disso, fatores socioculturais também desempenham um papel significativo, afetando populações historicamente discriminadas, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, mulheres e imigrantes, e tornando ainda mais desafiadora sua inclusão social.



A **vulnerabilidade territorial**, por sua vez, se evidencia em comunidades sem infraestrutura, transporte, saneamento e equipamentos públicos essenciais, o que intensifica a exclusão social. Diante desse cenário, a Assistência Social assume um papel estratégico e essencial na proteção de pessoas e famílias que vivem essas situações. Estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa política pública rompe com o assistencialismo e se consolida como um direito garantido constitucionalmente.

O SUAS funciona em dois níveis de proteção: a básica, que busca prevenir as situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e a especial, voltada para aqueles que já enfrentam graves violações de direitos. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as famílias podem acessar serviços de apoio e fortalecimento, evitando o agravamento de suas vulnerabilidades.

Por sua vez, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) acolhem pessoas em situações de violência, abandono, exploração e outras condições que exigem acompanhamento mais intensivo.

A política de Assistência Social também se faz presente nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, no atendimento a idosos em risco, no apoio a mulheres vítimas de violência e no trabalho junto às pessoas em situação de rua, demonstrando a amplitude e a importância dessa rede de proteção.





Os **usuários da Assistência Social são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social**, incluindo famílias de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de negligência, mulheres vítimas de violência doméstica, população em situação de rua e grupos tradicionais como indígenas e quilombolas.

Cada um desses segmentos enfrenta desafios específicos, o que exige da política de assistência uma atuação diferenciada e articulada com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e segurança alimentar. **A transversalidade da Assistência Social é fundamental para garantir que as respostas às vulnerabilidades sejam integradas e eficazes, promovendo uma verdadeira inclusão social.**

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel essencial na materialização das políticas de assistência. O assistente social é o profissional que atua diretamente com os usuários, realizando escuta qualificada, acolhimento e encaminhamentos, além de desenvolver estratégias para a superação das situações de vulnerabilidade. Mais do que prestar atendimentos individuais, o Serviço Social tem um compromisso ético e político com a transformação da realidade social.

A articulação intersetorial, a incidência na formulação de políticas públicas, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento das redes de apoio são algumas das suas principais funções dentro do SUAS. Seu trabalho é fundamental para garantir que a Assistência Social não seja apenas uma resposta emergencial, mas um caminho para a emancipação e a cidadania.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO